

Candidato prega novo Pacto social para breve

O sociólogo paulista Fernando Henrique, candidato ao Senado Federal pelo MDB de São Paulo, disse ontem que o regime está se modificando, pois muitos passos importantes foram dados e a "solução para a crise brasileira, no momento, terá que ser encaminhada através de um militar".

Fernando Henrique achou as reformas encaminhadas pelo Governo como parciais, pois não abrem possibilidades reais de formação de novos partidos, não devolvem imediatamente os direitos àqueles que foram excluídos do processo político no passado, não muda a estrutura sindical e nem fala em eleições diretas. O sociólogo aponta o general Euler Bentes Monteiro como o candidato do MDB a sucessão do Presidente Ernesto Geisel.

Pergunta — por quê um intelectual, um sociólogo, disputa uma eleição dentro de um sistema partidário, que, certamente, não considera um modelo de autenticidade e representatividade?

FHC — Antes de tomar a decisão de disputar, fiz a mim mesmo essa pergunta muitas vezes. Na verdade, o sistema não satisfaz de maneira nenhuma. E, agora, durante a campanha, estou verificando até que ponto a legislação excepcional é uma terrível camisa-de-força. A razão, no entanto, é esta: muita gente percebe que este regime está para mudar. Sabemos de onde ele veio, mas não sabemos para onde vai. E é exatamente esse desafio, representado por não saber para onde vamos, que me incentivou a ter uma participação mais efetiva. São Paulo, certamente, terá, no futuro, um papel muito importante na política brasileira. Um papel que, desde 1930, salvo em um ou outro momento, não teve. Há uma evidente desproporção entre o peso da sociedade paulista, da sua economia, e sua participação política e isso não pode continuar assim por muito tempo. Acho que devemos ajudar a abrir caminhos, a construir alternativas. Esse o sentido principal da minha participação, da minha motivação pessoal.

P — Você acha que a sua candidatura pode ajudar o MDB, acrescentando um percentual de votos àquele que o senador Franco Montoro certamente terá, ou, ao contrário, ela subtrairá votos de Montoro e, indiretamente, ajudará o candidato da Arena?

FHC — Antes de me lançar candidato, conversei com o senador Franco Montoro. Que, inclusive, convidou-me para ser o seu suplente. Consultei outros setores e, com todo o respeito que o senador merece, constatei que alguns deles não se sentem representados por ele. Isso é real. Há, às vezes, um certo desgaste dos homens públicos, injusto até, mas que ocorre. Estou convencido de que a minha candidatura ajuda o MDB, na medida em que abre uma opção para os setores que talvez até votassem no partido, mas com menor entusiasmo. Por outro lado, acredito que outras áreas, que não são especificamente as da oposição extra-partidária, possam se sensibilizar com uma campanha do tipo da que eu estou conduzindo. Mesmo pessoas que, no passado, foram até favoráveis a certos aspectos do Governo e que, agora, estão cansadas com a corrupção, com a desmoralização, com a demagogia. Por tudo isso, acho que a minha candidatura, na verdade, amplia as bases eleitorais do MDB.

P — Nesse aspecto, teria ela, além do objetivo principal que o de vencer a eleição, um outro não menos im-

portante, como o de exercer uma força de imantação política capaz de ajudar na organização de um novo partido? Talvez de um partido socialista?

FHC — O regime está se modificando, como eu já disse, e eu tenho a intenção expressa de constituir um pólo para permitir a aglutinação de forças. Não sei, no entanto, qual o tipo de partido que haverá no futuro. Acho que, se o MDB continuar existindo, mesmo que seja como sigla, será sempre um partido forte, porque é um partido popular. Nesse caso, eu acharia mais útil reforçar o setor autêntico (não me refiro à ala autêntica), firme, dinâmico, moderno e agressivo do partido. Se o MDB desaparecer, estou disposto a contribuir para a organização de um partido de posições nítidas, não retorno, reformista. Que não seja uma seita, ou pequeno grupo, mas que tenha raízes populares. Se será um partido socialista, só o futuro dirá.

P — Na sua opinião, ainda existe, a Frente Nacional de Redemocratização?

FHC — Vou responder com toda franqueza. Quando a Frente foi lançada, fiz um discurso, dizendo que cabia ao MDB tomar uma posição firme imediatamente. O MDB, por várias razões, não pôde tomar essa posição, ou não quis. Hoje, eu sinto que há um candidato, o general Euler Bentes Monteiro, e um contracandidato que o senador Magalhães Pinto. Isso dificulta o funcionamento da Frente e o MDB tem medo, com razão, porque tem que olhar as suas bases, que essa situação possa diminuir suas chances eleitorais. Aqui em São Paulo, pelo menos, como há uma tendência antimilitar muito forte, a idéia de não se lançar nenhum candidato começa a ganhar força. A meu ver, o partido está numa situação difícil. A pergunta é esta: será palatável, para um eleitorado civilista como o de São Paulo, a candidatura de um general?

P — Na sua opinião, é palatável?

FHC — Vamos usar um exemplo de homeopatia, que tem um preceito latino: — *similia similibus curantur* — "o semelhante cura o semelhante" ou, traduzindo mais livremente, "só o mal cura o mal". Só um general que fosse uma vacina, que fosse como um vírus desativado, é capaz de curar o mal do militarismo. É dessa maneira que seria possível apresentar a candidatura do general Euler Bentes Monteiro, como um vírus desativado. Isto é, um general que se posiciona na malha da política e, quem sabe, assim reconstitua o sistema político brasileiro.

P — Em outras palavras, você está admitindo que não há saída para a crise brasileira sem a participação dos militares?

FHC — Acho. Acho que não se pode, de repente, encaminhar uma solução sem a participação dos militares. Então, vamos encaminhar uma solução clara, com militares que se comprometam com a redemocratização do país. E eu acho que muitos passos importantes foram dados nessa direção.

P — Na sua opinião, as reformas propostas pelo Governo, respondem, pelo menos, em parte, aos anseios nacionais de ordem democrática?

FHC — Se tivessem sido propostas há dois anos, significariam um passo adiante. Hoje, elas não vêm com aquela força necessária, nem real nem simbólica, para dar uma satisfação à opinião pública. Há algumas concessões importantes, como o habeas corpus, por exemplo, e a imunidade do

mandato parlamentar, que sensibiliza a chamada classe política. No entanto, elas não abrem possibilidades reais de formação de novos partidos, não devolvem imediatamente os direitos àqueles que foram excluídos do processo político no passado, não dizem uma palavra sobre a mudança da estrutura sindical, não dizem nada a respeito de eleições diretas, ou melhor, o que dizem é negativo. Em resumo: elas não satisfazem.

P — O aparecimento de um líder sindical como o Lula é um fato isolado, devido às qualidades singulares e pessoais, ou ele é realmente a ponta-do-iceberg?

FHC — Realmente, o Lula é um homem excepcional. Mas há muitos seres excepcionais. Eles não podem é brotar. Esse operariado que está se movendo não é o das greves dos anos 50, nem o das do início da década de 60, principalmente ligados às grandes empresas estatais — portuários, ferroviários, etc. É o operariado ligado à grande indústria moderna. E outra outra classe operária que está se movendo, que tem outras demandas e que requer um tipo de liderança mais aberto, para entender que o problema é de salário, sim, mas não é só de salário. É de relacionamento com os patrões, o contrato coletivo, etc. O Lula representa o que há de novo, ele é uma espécie de força da natureza, mas ele é tudo isso porque representa condições novas.

P — Em que medida isto serviria para estruturar um novo pacto?

FHC — Eu acho que isso já está ocorrendo. Há grandes transformações na sociedade, onde já existem contrapontos suficientes, para que tudo aquilo que burocraticamente venha do Estado pareça com um *sufoco*, para usar a expressão popular, tanto do ponto-de-vista do trabalhador, quanto do patrão. Claro que há problemas, mas as lideranças sindicais sabem disso. Sabem, por exemplo, que o Brasil não é o ABC.

P — Numa das propostas de emenda constitucional que você encaminhou à direção do MDB, você restabelece o direito de greve, tal como estava inscrito na Constituição de 1946, e, na justificativa, afirma que o ideal seria que esse direito sequer fosse regulamentado. Que pretende com isso? Seria viável essa fórmula no Brasil?

FHC — A meu ver, é ideal que a Constituição consagre o direito de greve e basta. Porque, quando o princípio é regulamentado por Lei, a Lei cria uma série de restrições. Acho que já temos no Brasil organizações operárias e patronais suficientemente fortes e maduras para que se possam enfrentar com liberdade, controladas pela opinião pública. A imprensa, por exemplo. Esse controle da opinião pública fixaria os limites do exercício desse direito. Tivemos, recentemente, um exemplo de como isso funciona, com as greves nos hospitais: quando se percebeu que a opinião pública poderia começar a ter dúvidas sobre a legitimidade, não do salário, mas da paralisação de atividades essenciais para a coletividade, a imprensa começou a demonstrar isso e as lideranças recuaram, corretamente, para ganhar algumas coisas, mas não todas as coisas.

P — Mas, o Governo ficaria como mero espectador?

FHC — Ele poderia interferir. Mas, quando interferisse, interferiria com o pleno respaldo da opinião pública. Democracia é isso.